

“O Rio não tem saída: precisa preservar esse manancial”, diz Jerson Kelman

Emanuel Alencar



Jerson Kelman. Foto: Arquivo pessoal

Ex-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), da Light e da Sabesp – companhia de saneamento de São Paulo -, o engenheiro Jerson Kelman supõe ser bastante alta a conta que a Cedae paga pelo custo de não se fazer uma obra para transferir a foz dos rios Poços, Queimados e Ipiranga para depois da captação da ETA Guandu. Quanto exatamente, só a Cedae sabe – e nunca divulgou. Mas Kelman estima em R\$ 100 milhões por ano. A medida tem sido apresentada por especialistas como um importante paliativo desde 1979, mas jamais saiu do papel. Em janeiro deste ano, a Cedae informou que as intervenções custariam R\$ 90 milhões e exigiriam 720 dias (quase dois anos). É, portanto, uma obra plenamente viável.

Em entrevista a ((o))eco, Kelman, 72, um dos maiores estudiosos em saneamento básico do país e professor da Coppe/UFRJ, faz uma aposta: acredita que a economia com produtos químicos e eletricidade que a Cedae alcançaria se o manancial fosse despoluído seria inclusive suficiente para garantir todo o tratamento de esgotos que drenam, hoje, in natura, na lagoa onde a companhia faz a captação. Porém, como a implantação do sistema levaria alguns anos, a construção do bypass (desvio) também se justifica, desde que feito em prazo bem curto.

((o))eco – As obras que visam a alterar os fluxos dos rios Poços, Queimados e Ipiranga, garantindo melhor qualidade à lagoa de captação da ETA Guandu, em Nova Iguaçu, nunca saíram do papel. O senhor defende a ideia?

O desvio se justifica. É claro que se justifica. Inclusive quando eu era diretor técnico da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (entre 1991 e 1994) propusemos esse desvio [hoje a Serla foi incorporada ao Instituto Estadual do Ambiente do Rio]. Na situação atual, a Cedae tem um gasto extra para tratar a água em relação ao custo que teria se o manancial fosse despoluído. Não sei qual é essa diferença de custo e temo que nem a Cedae saiba. Mas suponho que seja algo como 7 centavos por metro cúbico. A conta é mais ou menos a seguinte: se Cedae gasta, por exemplo, R\$ 700 milhões por ano com situação atual, ela gastaria R\$ 600 milhões por ano se o manancial fosse limpo.

((o))eco – A empresa diz que vai, enfim, fazer esse bypass. E que a obra custa R\$ 90 milhões com duração de quase dois anos. A conta fecha. E por que não foi feito?

Nunca entendi. Mesmo quando se olha a questão puramente sob o ponto de vista econômico, tudo indica que faria sentido ter feito [a obra] décadas atrás. E tenho dificuldade em entender qual a razão de uma obra relativamente simples precisar de dois anos para ser feita. Acima de tudo, é muito importante lembrar que essa obra não anula a necessidade de sanear a área de drenagem da ETA. É preciso garantir que essas áreas tenham não só um sistema de coleta e tratamento de esgoto, mas também um sistema adequado de coleta e destinação final do lixo. Caso contrário, o esgoto pode ter um tratamento adequado, mas a carga poluidora resultante de coleta deficiente de lixo continuaria fluindo para a tomada de água da ETA. Trata-se de tarefa de complexidade institucional maior do que executar o bypass e por isso demorará alguns anos para estar concluída.

((o))eco – Em termos geográficos e de qualidade de tratamento, como o Rio se posiciona em relação a outras metrópoles brasileiras?

Por razões geográficas, São Paulo tem uma situação mais típica, a população de mais de 20 milhões de habitantes é abastecida por oito mananciais. O Rio, imprensado entre o mar e a montanha, tem como única fonte o Rio Paraíba do Sul. Por isso temos uma situação atípica, todos os ovos numa única cesta. No caso do Rio, não tem saída. Temos que preservar esse manancial.

((o))eco – Preservar o manancial é tratar esgotos. Quanto custaria isso?

Essa segue sendo a prioridade. O Comitê Guandu aponta serem necessários R\$ 376 milhões para sanear sub-bacias ali, onde vivem 225 mil pessoas. Se o custo da obra fosse amortizado ao longo de 20 anos, com juros de 6% ao ano, seriam R\$ 33 milhões por ano. Mas tem também os custos de construção e operação das estações de tratamento de esgotos (ETE), conservadoramente estimados como em R\$ 27 milhões por ano. Então o total sairia por R\$ 60 milhões por ano ou 4 centavos por metro cúbico de água tratada. Menos do que os tais 7 centavos por metro cúbico de economia

que supus que a Cedaé teria caso o manancial fosse despoluído. Ou seja, a economia com produtos químicos e eletricidade seria suficiente inclusive para cobrir todo o custo de sanear as áreas de Queimadas e Nova Iguaçu que atualmente poluem o manancial.